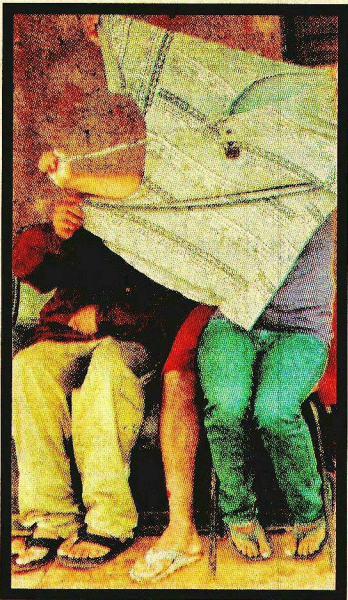


Vivendo com medo da polícia



SEM ESTATUTO
Aos 14 anos, Mariana, com dois irmãos, esconde-se atrás da camiseta que ela diz ter sido rasgada por um policial

Líderes comunitários de Águas Lindas são ameaçados ao investigar denúncias de abusos cometidos por militares

Ricardo Mendes
Da equipe do **Correio**

Sentada junto a uma parede esburacada por tiros, Neuza Maria dos Santos, 37 anos, repete uma pergunta que não sai da sua cabeça: “O que realmente aconteceu com meu filho?”. Com diversas passagens em delegacias, Júlio César Rocha dos Santos encerrou sua trajetória de roubos no último 18 de novembro. Naquela noite, oito balas tiraram a vida do rapaz de 22 anos, um dos três assaltantes que atacaram uma padaria em Águas Lindas, a 65 quilômetros de Brasília. Na mesma ocasião, dois policiais militares foram baleados. Socorridos a tempo, não morreram. Neuza rejeita a explicação oficial de que Júlio morreu em troca de tiros com policiais. Ela acha que o filho foi vítima de uma tentativa de execução bem-sucedida. Mas como provar?

A suspeita aumentou na semana passada, com a liberação do laudo cadavérico 2.119/98 do Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal. Braços e pernas saíram ilesos. O documento prova que os oito tiros dados em Júlio César o atingiram por trás. Um deles foi na cabeça, pouco acima da nuca. “Acho esquisito uma pessoa ser atingida somente pelas costas enquanto troca tiros com a polícia”, observa o marido de Neuza e padrastrô de Júlio, João Elízio Lima Pessoa, 42 anos.

João Elízio preside o Conselho Comunitário de Águas Lindas e vive em atrito com a Polícia Militar, a quem acusa de diversos abusos e até de tentativas de extorsão contra comerciantes. Na noite que se seguiu ao enterro de Júlio César (que não morava com a mãe), o escritório onde funciona a entidade foi alvejado. Elízio e Neuza moram nos fundos do imóvel. Dezesete perfurações ainda estão espalhadas no portão e em uma das paredes.

Na mesma noite, a casa da presidente do Conselho Comunitário de Segurança, Carmen Lúcia Dias do Amaral, 52 anos, sofreu um atentado semelhante. Três buracos de bala no muro e no portão. Reservadamente, Carmen admite que a entidade presidida por ela já recebeu dezenas de denúncias de arbitrariedades cometidas por policiais militares. Mas evita o estardalhaço de Elízio, que veicula suas acusações contra os militares em um jornal local.

Elízio não confia nos militares. Carmen está perplexa. Como assessora da prefeitura a serviço da delegacia da Polícia Civil na cidade, acostumou-se a trabalhar com homens das duas corporações e até há pouco tempo nunca temeu ninguém. Os dois têm perfis diferentes, embora integrem o Conselho de Segurança, do qual Elízio é tesoureiro. O que mais os une hoje é o temor, reforçado por ameaças feitas anonimamente, pelo telefone.

“Foram ligações que recebi em casa e na delegacia depois do atentado, dizendo que eu maneirasse com o Conselho de Segurança e evitasse bater de frente com a PM porque tenho família e netos”, relata Carmen. “Então, nós supomos que tenha sido uma atitude de um PM que tenha alguma coisa a temer do Conselho de Segurança.”

CLIMA DE GUERRA

Comandante da PM e líder comunitário se desentendem ao discutir agressão a aluno perto da escola

Na semana dos atentados, o Conselho de Segurança havia feito uma reunião sem a participação de policiais militares, que têm cadeira na entidade. Na pauta, reclamações de moradores contra a PM. Uma delas era o caso do estudante Ademar Celestrino Domingos do Amaral, de 18 anos. Em 4 de novembro, Ademar deixou a sala da 5ª série da Escola Municipal Darci Ribeiro a pedido do

Fotos: Wanderlei Pozzembom



SUSPEITA
Neuza dos Santos não acredita que o filho Júlio César, assaltante, tenha sido morto em tiroteio com policiais militares porque as oito balas que tiraram sua vida o atingiram pelas costas. Ela e o marido dizem haver testemunhas de que o rapaz foi alvejado bem depois do assalto em que teria trocado tiros com a PM

professor para pegar um galho de árvore que serviria a um enfeite natalino. Vestido com uma bermuda e a blusa do uniforme, o rapaz caminhou 30 metros até um matagal vizinho à escola. Ele não sabia que acabaria agredido.

Um policial abordou Ademar. Pouco adiantou dizer que ele estava ali a pedido de um professor. O rapaz retrucou com algo que irritou o militar, e a reação veio em forma de safanões. As pancadas na cabeça agravaram um problema de inflamação no ouvido direito. Com a audição comprometida, o estudante será submetido a uma cirurgia no Hospital de Base em 11 de fevereiro para tratar o problema. Hoje, está na Bahia, com medo de voltar.

A coordenadora pedagógica da unidade de ensino, Gilvanir Vieira Gomes, 24 anos, indignou-se. Localizada em um dos pontos mais violentos da cidade, a escola contava com vigilância policial a pedido da direção. Casos de vandalismo no prédio

são comuns. “A gente havia pedido policiais para proteger, não para agredir aluno”, reclama a professora.

A atenção dada pelo Conselho de Segurança ao caso de Ademar acirrou o atrito já existente entre João Elízio e o então comandante do 3º Pelotão da 11ª Companhia Independente de Polícia Militar de Goiás, tenente Francisco Elias da Silva, 48 anos.

O oficial reclamou que Elízio não teria procuração para defender o rapaz. O líder comunitário foi advertido que poderia ser processado por calúnia por chamar os militares de bandidos, como fizera pelo jornal *O Descoberto*. Em meio à discussão, Elízio sentiu-se ameaçado ao ouvir a frase “quem fala demais dá bom dia a cavalo”.

Mais tarde, Elízio levou seu temor ao deputado federal Pedro Wilson (PT-GO), que pediu providências ao comando da PM no estado, ao governo de Goiás e ao Ministério Público para garantir a integridade do líder comunitário. A atenção do parlamen-

tar às denúncias de Elízio, que preside também o diretório municipal do PT, vêm desde fevereiro passado.

MORTE INEXPLICADA

Casal teme a PM desde que o filho apareceu morto com manchas semelhantes a marcas de algemas nos pulsos

Em 3 de fevereiro, Elízio pediu a Pedro Wilson que intercedesse junto ao governo estadual para que se fizesse uma ampla investigação sobre o assassinato do pintor Valdson Soares de Souza, 27 anos, ocorrido em 11 de dezembro de 1997. O rapaz, que não tinha passagem pela polícia, foi encontrado morto a tiros em uma estrada ao lado de outro corpo, de um jovem com ficha criminal.

Os dois cadáveres tinham marcas

nos pulsos, como se tivessem sido fortemente amarrados por fios ou mesmo algemados. “As pessoas dizem que foi a polícia, mas não temos como descobrir”, diz a mãe de Valdson, Maria da Conceição de Souza, 49 anos. “Temos uma testemunha, mas ela não fala porque quer dinheiro para se mandar para outro lugar, e nós não temos como pagar por isso.”

Para Elízio, foi queima de arquivo, conforme denunciou ao deputado. Até hoje, o crime está sem solução. A família perdeu as esperanças na prisão do assassino, ou assassinos. Mas ainda teme represálias. “Em tudo o que acontece de ruim, dizem que foi a polícia quem fez”, desabafa o pai, Jerônimo Soares de Souza, 56 anos.

Na delegacia da Polícia Civil, mortes como a de Valdson e Júlio César seguem sem solução. O delegado titular, Virgenor Florêncio Ramos, está atolado em dificuldades para desvendar e prevenir crimes no município, cuja população já ultrapassa 150 mil habitantes.

Só no ano passado, foram registradas 2.117 ocorrências e uma quantidade semelhante de flagrantes. Para investigar tudo, o delegado conta com 10 homens. Há dois veículos para suas patrulhas, mas um deles está na oficina. Sem escrivão, precisa de um funcionário cedido pela prefeitura para documentar as ocorrências e testemunhos. À noite, papéis e aparelhos são cobertos com plástico para evitar que as goteiras os estraguem.

INVESTIGAÇÃO DUVIDOSA

Militar que investigou como se deu a morte de rapaz já o havia chamado de bastardinho

Virgenor Ramos admite a possibilidade de aprofundar as investigações sobre a morte de Júlio se João Elízio conseguir uma testemunha que dizer. Elízio afirma haver uma pessoa que viu o rapaz ser baleado bem depois do assalto do qual teria participado. Júlio morreu no Hospital Regional de Celândia (HRC), para onde foi levado por policiais. A causa da

morte foi perda excessiva de sangue, e o laudo cadavérico explica que qualquer um dos oito disparos era potencialmente letal.

Para o atual comandante do 3º Pelotão, tenente Calixto de Oliveira, 41 anos, a hipótese de Júlio ter sido baleado depois do tiroteio, e não durante, é absurda — apesar de o bandido só ter sido alvejado nas costas. “Ele poderia ser atingido enquanto corria e atirava para trás”, acredita. Outro dado que, segundo ele, contraria a tese de Elízio é o fato de o jovem ter sido levado ao HRC por militares.

O episódio que culminou com a morte de Júlio foi alvo de um inquérito policial militar conduzido pelo mesmo oficial Elias, promovido a capitão, que havia se desentendido com o padrastrô do marginal. Em uma correspondência ao Conselho de Segurança, Elias referiu-se a Júlio como “bastardinho”.

O inquérito, segundo Calixto, é sigiloso e já foi concluído. Se for verdade, a investigação ignorou o laudo cadavérico com a prova de que Júlio foi baleado somente pelas costas.

Para o atual comandante dos policiais militares em Águas Lindas, muitas das acusações de abuso baseiam-se somente na não compreensão do trabalho policial. “Qualquer problema pode ser comunicado diretamente a mim”, adverte Calixto.

O tenente, porém, só começará a receber queixas se transmitir mais segurança às pessoas que se sentem agredidas em seus direitos. É o caso dos irmãos adolescentes Fábio, Fernando e Mariana (nomes fictícios). Eles contam que, na noite de 26 de dezembro, Mariana e Fábio estavam em frente a um bar quando um policial decidiu abordá-los. Mariana, de 14 anos, conta que recebeu pontapés e pisões e teve as mãos pisadas por botas enquanto o irmão — com histórico de uso de drogas — era revistado.

“Falaram que iam me levar para o rio dos Macacos”, acusa Mariana, citando um conhecido ponto de *desova* de corpos assassinados e exibindo a camiseta cinza que diz ter sido rasgada por um PM. “Peguei os nomes de todo mundo, mas para quem vou denunciar?”, indaga a jovem. Para ela, a resposta ainda não veio. A Justiça, também não.



ALVO FÁCIL
Presidente do Conselho Comunitário, João Elízio Lima Pessoa mostra alguns dos buracos feitos por disparos contra o portão do seu escritório. Ele é a pessoa que mais tem feito denúncias contra policiais militares na cidade